

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTICC (MANDATO 2025/2027)

1. Identificação da reunião

Data	Horário			Local	Coordenação	
08/12/2025	Início:	14:00	Término:	18:00	Auditório da CGU	ASPAD/GM/CGU

2. Pauta

- MONITORAMENTO DO PLANO DE INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO (PICC) - 2025-2027;
- ATUALIZAÇÃO DO TRABALHO DE EMENDAS PARLAMENTARES;
- POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO: DESTAQUES EM 2025 E PRIORIDADES PARA 2026;
- POLÍTICA DE PREVENÇÃO A CONFLITO DE INTERESSES: AVANÇOS DE 2025 E PROPOSTAS PARA 2026;
- SÍNTESE SOBRE O REFERENCIAL DE GESTÃO DA INTEGRIDADE APROVADO PELA PORTARIA CGU Nº 234;
- COMPARTILHAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO.

3. Participantes

MEMBROS DO CONSELHO		
Nome	Órgão/Entidade	Condição
ALINE VELOSO DOS PASSOS	CASA CIVIL	Titular
CECILIA NAYARA ROSA MORAIS	MINISTÉRIO DA FAZENDA	Suplente
ALEXANDRO GUILHERME JORGE	FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS	Titular
ANDRE GALEGO BOSELLI	ARTIGO 19	Titular
BRUNO ANDRADE BRANDÃO	TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL	Titular
BRUNO SCHIMITT MORASSUTTI	FIQUEM SABENDO	Titular
CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI	INSTITUTO ETHOS	Titular
CHANTAL CORREIA DE CASTRO	PACTO GLOBAL – REDE BRASIL	Titular
CRISTIANO LISBOA YAZBEK	IBPT	Suplente
DIOGO LUIZ DA SILVA	AGU	Titular
EDMAR MOREIRA CAMATA	CONACI	Titular
EDUARDO ALVES FAYET	ABRIG	Titular
ELAINE NIEHUES FAUSTINO	UNACON SINDICAL	Titular
FERNANDA GOMES PEDROSA	SGPR	Suplente
FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA	MGI	Titular

ATA nº 10
1º REUNIÃO ORDINÁRIA – Mandato 2025/2027

GABRIEL NOGUEIRA PORTELLA NUNES PINTO BRAVO	SEBRAE	Titular
GUILHERME DE FRANCA TEIXEIRA	CNI	Suplente
HAYDEE SVAB	OKBR	Titular
JOAO GABRIEL MIRANDA ALVES PEREIRA	MDIC	Titular
JULIANA MARI SAKAI	TRANSPARÊNCIA BRASIL	Titular
KATIA CILENE BREMBATTI	ABRAJI	Titular
KELLY OLIVEIRA DE ARAUJO	OAB	Titular
LUIS CARLOS MORO	ABJD	Titular
MARCELISE DE MIRANDA AZEVEDO	COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA/PR	Titular
PAULA CHIES SCHOMMER	GRUPO DE PESQUISA POLITEIA/UDESC	Titular
PAULO MAURICIO TEIXEIRA DA COSTA	MJSP	Suplente
RAFAELLY WIEST	GRUPO DIGNIDADE	Titular
RENAN ALBINO PERONDI	IBGC	Titular
RENATO PELLEGRINI MORGADO	TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL	Suplente
SERGIO NOGUEIRA SEABRA	MDHC	Titular
SERGIO RODRIGO ANDRADE	AGENDA PÚBLICA	Titular
SUYLAN DE ALMEIDA MIDLEJ E SILVA	UNB	Titular
VINICIUS PINHEIRO ISRAEL	UNIRIO	Suplente
OUTROS PARTICIPANTES		
Nome	Órgão/Entidade	Condição
HAMILTON CAPUTO	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU	Convidado Permanente
GIOVANNA MAISA GAMBA	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ	Suplente do Convidado Permanente
AUTORIDADES DA CGU		
Nome	Área	Cargo
VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO	GABINETE DO MINISTRO (GM)	Ministro
ALFREDO ERMIRIO DE ARAUJO ANDRADE		Chefe de Gabinete
PABLO ADEMIR DE SOUZA		Assessor
JAQUELINE VIEIRA DE FREITAS		Assessora

ATA nº 10
1º REUNIÃO ORDINÁRIA – Mandato 2025/2027

FÁBIO FÉLIX CUNHA DA SILVA		Chefe de Assessoria Especial
KELLY CRISTINE DA SILVA ALMEIDA		Chefe de Assessoria Especial
ADRIANA BARBOSA LIMA		Servidora Requisitada
KEYLA ANDREA SANTIAGO OLIVEIRA		Servidora Requisitada
EVELINE BRITO MARTINS	SECRETARIA-EXECUTIVA (SE)	Secretária-Executiva
TIAGO CHAVES OLIVEIRA		Diretor
SÉRGIO ROBERTO GUEDES DOS REIS		Assessor Técnico
FERNANDA ALVARES DA ROCHA	CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO (CRG)	Corregedora-Geral da União
VALDIRENE PAES DE MEDEIROS	OUVIDORIA-GERAL DA UNIÃO (OGU)	Ouvidora-Geral da União
LEONARDO ALAMY MARTINS		Diretor
RONALD BALBE	SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO (SFC)	Secretário Federal de Controle Interno
MAIRA LUISA MILANI DE LIMA		Coordenadora-Geral
ALEXANDRE FERREIRA DE MACEDO		Coordenador
PATRÍCIA ALVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA	SECRETARIA DE INTEGRIDADE PÚBLICA (SIP)	Secretária de Integridade Pública
SIMONE GAMA ANDRADE		Diretora
DANIEL AGUIAR ESPINOLA		Coordenador-Geral
EDSON GONÇALVES FILHO		Chefe
PRISCILA RIBEIRO DA CRUZ		Servidora Requisitada
MARCELO PONTES VIANNA	SECRETARIA DE INTEGRIDADE PRIVADA (SIPRI)	Secretário de Integridade Privada
CRISTINE KOHLER GANZENMULLER		Diretora
FERNANDA PEDREIRA NUNES		Chefe

ATA nº 10
1º REUNIÃO ORDINÁRIA – Mandato 2025/2027

GIOVANNA MONTELLATO STORAGE ROTA		Chefe
LIVIA OLIVEIRA SOBOTA	SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO (SNAI)	Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação
DIANA COELHO DE LIMA		Chefe de Gabinete
CIBELLE CESAR DO AMARAL BRASIL		Diretora
MARCELO DE BRITO VIDAL		Diretor
SUZANNA DO CARMO LOUZADA		Diretora
TATIANA CABRAL DE JESUS		Servidora Requisitada
EQUIPE DE APOIO		
Nome	Área	Cargo
CÍCERA MONTEIRO	ASSESSORIA ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIVERSIDADE (ASPAD)	Apoio de Gabinete
IASMIN LEIROS		Apoio de Cerimonial
NEUZIRENE OLIVEIRA DO AMARAL	CERIMONIAL/GABINETE DO MINISTRO (GM)	Apoio de Gabinete

4. Ausências

Órgão/Entidade	Nome	Justificada	Compareceu suplente/representante
MPO	CAROLINA PALHARES LIMA	Sim	Não
CEDRA	CRISTINA LOPES DA SILVA	Sim	Não
MINISTÉRIO DA FAZENDA	DANY ANDREY SECCO	Sim	Sim
IBPT	GILBERTO LUIZ DO AMARAL	Sim	Sim
CNI	HÁVILA DA NOBREGA OLIVEIRA	Sim	Sim
MJSP	JEAN KEIJI UEMA	Sim	Sim
INESC	JOSÉ ANTÔNIO MORONI	Sim	Não
UFPR	LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA	Sim	Não
UNIRIO	MARJORIE CORREA MARONA	Sim	Sim

ATA nº 10
1º REUNIÃO ORDINÁRIA – Mandato 2025/2027

FGV	RAFAEL RODRIGUES VIEGAS	Sim	Não
FGV - DIREITO	RAQUEL DE MATTOS PIMENTA	Sim	Não
USP - DIREITO	SHEILA CHRISTINA NEDER CEREZETTI	Sim	Não
MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES	WILMA DOS REIS RODRIGUES	Sim	Não

5. Reunião

5.1 Abertura

Comentário	Membro
<p>Deu boas-vindas aos participantes, com destaque às seis novas entidades que passaram a integrar o CTICC, e apresentou a composição dos sete grupos de trabalho, sendo cinco alinhados aos eixos do Plano de Integridade e Combate à Corrupção e dois voltados a Governo Aberto e Integridade Socioambiental. Destacou a atuação da CGU em agendas transversais com outros poderes e órgãos federais, como as investigações sobre descontos associativos do INSS e o acompanhamento das emendas parlamentares. Apresentou dados da OCDE que indicam crescimento expressivo da confiança no governo e no serviço público no Brasil, além do aumento da percepção de justiça na concessão de benefícios sociais. Ressaltou avanços em transparência e integridade, como a consolidação do e-Agendas 2.0, a ampliação do Portal da Transparência, a redução dos prazos da Lei de Acesso à Informação e ganhos de eficiência com o uso do software de inteligência artificial ALICE, resultando em economia significativa aos cofres públicos. No combate à corrupção, destacou operações conjuntas com a Polícia Federal, com elevado impacto financeiro, aprimoramento dos processos de responsabilização e avanços no enfrentamento ao assédio moral e sexual. Concluiu agradecendo e parabenizando o trabalho da CGU, do CTICC e dos ministérios envolvidos.</p>	<p>Vinícius Marques de Carvalho (Ministro da CGU e Presidente do CTICC)</p>

5.2 Desenvolvimento da pauta

Comentário	Membro
<p>Saudou os participantes e realizou apresentação sobre monitoramento do Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) - 2025-2027. Destacou que 55 órgãos contribuíram para o PICC, classificando o fato como inédito e histórico. Discorreu sobre os 5 eixos do plano, e ressaltou</p>	<p>Eveline Brito (Secretária-Executiva da CGU)</p>

<p>o avanço de se chegar a mais de 260 ações previstas já no primeiro ano, fruto do esforço coletivo.</p>	
<p>Apresentou a previsão para 2026 do PICC, com perspectiva de conclusão de 35% das ações do PICC, com relevante aderência à agenda ambiental do governo federal, principalmente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Apontou destaques setoriais nas áreas de meio ambiente, previdência social e cidades. Destacou que o plano fortalece mensagem de que a integridade é política de Estado.</p>	<p>Tiago Chaves (Diretor de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade)</p>
<p>Sugeriu um mapeamento ou ferramenta que apresente, de forma permanente e com transparência, quais são os beneficiários que se apropriam do orçamento público.</p>	<p>Caio Magri (Instituto Ethos)</p>
<p>Questionou se há espaço para considerar as recomendações da OCDE na configuração de eventuais novas e futuras ações a serem incorporadas no PICC, e se já há algum esforço de reflexão sobre as recomendações.</p>	<p>Francisco Bessa (MGI)</p>
<p>Concordou com a possibilidade de considerar as recomendações da OCDE, e que os ministérios podem ser instados a fazerem esta reflexão em seus campos de atuação.</p>	<p>Eveline Brito (Secretária-Executiva da CGU)</p>
<p>Destacou a necessidade de ampliar a política de prevenção de conflitos de interesses para as estatais, incluindo-as no e-Agendas, apontou a falta de transparência sobre as hipóteses diferenciadas de pagamento de tributos e sugeriu a divulgação de dados sobre trabalho escravo no Portal da Transparência, reiterando demanda já apresentada pela Fiquem Sabendo.</p>	<p>Bruno Morassutti (Fiquem Sabendo)</p>
<p>Parabenizou a CGU, o Conselho e o Governo Federal pelos avanços no combate aos fluxos financeiros ilícitos, destacando a atuação da Receita Federal e a cooperação com a Polícia Federal, e questionou a não divulgação integral da avaliação da UNCAC. Abordou também controvérsia recente envolvendo a inclusão da empresa JBS/SA na "lista suja" do trabalho escravo.</p>	<p>Bruno Brandão (Transparência Internacional Brasil)</p>
<p>Informou que a Abraji ajuizou a primeira ação no STF sobre as emendas PIX e destacou o acompanhamento, pela CGU, das medidas adotadas pelo Supremo para rastrear os recursos, colocando a entidade à disposição para colaborar. Manifestou preocupação com a confiabilidade dos dados do Painel da LAI, por refletirem registros</p>	<p>Katia Brembatti (Abraji)</p>

<p>realizados por servidores de forma por vezes inadequada, e sugeriu a revisão dos procedimentos que embasam essas estatísticas.</p>	
<p>Saudou o ministro e destacou a paridade de gênero na composição da mesa e do ambiente. Agradeceu a participação da FUP pela primeira vez no CTICC e mencionou os impactos da Operação Lava Jato, ressaltando que desvios individuais de uma minoria não devem estigmatizar categorias inteiras de trabalhadores que cumprem seu papel com honestidade. Defendeu a condução clara dos processos quanto à responsabilização específica dos culpados para evitar danos à imagem dos demais profissionais e enfatizou a importância da comunicação, da informação e da transparência no ambiente sindical e institucional. Por fim, colocou-se à disposição para colaborar com os trabalhos do Conselho e dos Grupos de Trabalho.</p>	<p>Alexandro Guilherme Jorge (Federação Única dos Petroleiros)</p>
<p>Informou que, no âmbito da agenda do serviço público, são divulgados os gastos da União com pessoas físicas e jurídicas, destacando que o foco agora é atender ao plano de ação do STF para dar transparência às emendas. Esclareceu que há interesse em incorporar dados sobre trabalho escravo ao portal, condicionado a planejamento e adequação dos fluxos internos, e ressaltou os avanços na transparência das agendas, com significativo salto qualitativo na publicação das informações.</p>	<p>Livia Sobota (Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação)</p>
<p>Em comentário à fala do Alexandro, pontuou que, no caso do INSS, o debate entre informação e desinformação é complexo e, por vezes, indevidamente tratado como oposição entre capital e trabalho, esclarecendo que, embora possa haver situações de entidades representativas de trabalhadores de segmentos específicos que tenham cometido erros ou irregularidades, não se pode confundir essas situações com esquemas fraudulentos estruturados por entidades inexistentes, desbaratados pela atuação da CGU e da Polícia Federal. Salientou a importância de defender a capacidade da sociedade se organizar na representação de interesses dos mais diversos, o que se traduz em democracia, por isso é preciso cuidar para que a liberdade de associação seja preservada. Sobre a inclusão de novos conteúdos no Portal da Transparência, informou que isso pode ser discutido no planejamento, observado o momento adequado para a integração, de forma que gere informação de qualidade para a sociedade. Sobre o relatório da UNCAC, informou que não há nenhum material que a CGU tenha tido acesso. As informações que detém são as mesmas disponibilizadas à sociedade.</p>	<p>Vinícius Marques de Carvalho (Ministro da CGU e Presidente do CTICC)</p>

<p>Complementou resposta à Kátia Brembatti, acerca da necessidade de aperfeiçoamento do Painel da LAI e da mensuração de efetividade das respostas. Trata-se de tema de preocupação permanente, acompanhado de ações de monitoramento e reflexão sobre evolução tecnológica do sistema. Destacou que o lançamento do Painel é um passo importante e traz maior clareza sobre questões de negativas de acesso, e o aperfeiçoamento seguirá em discussão.</p>	<p>Livia Sobota (Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação)</p>
<p>Apresentou a atualização das auditorias sobre emendas parlamentares, com a entrega de 14 relatórios técnicos envolvendo mais de 72 entes fiscalizados, abrangendo análises de riscos, eficiência, transparência e regularidade na aplicação de recursos por municípios, estados e entidades do terceiro setor. Destacou auditorias sobre emendas de comissão, de relator e transferências especiais, incluindo repasses a ONGs, planos de trabalho e vedação de fragmentação de valores, bem como informou a realização de dois trabalhos em andamento por determinação do STF, cujos resultados serão encaminhados conforme cronograma, com informações disponíveis no sítio da CGU.</p>	<p>Janaína Lucas Ribeiro (Secretária Federal de Controle Interno Adjunta)</p>
<p>Parabenizou os trabalhos e citou levantamento da Transparência Brasil, em 2025, que apontou perda de rastreabilidade de emendas que ingressam como orçamento geral, defendendo a rotulagem obrigatória para identificação dos recursos. Questionou o entendimento da CGU sobre a aderência entre o previsto e o executado, a obrigatoriedade de cumprimento dos planos de trabalho e as sanções aos municípios em caso de descumprimento.</p>	<p>Juliana Sakai (Transparência Brasil)</p>
<p>Informou que a Aliança Nacional LGBTI+ e o Grupo Dignidade executam projetos com recursos de emendas parlamentares, destacando limitações técnicas em relação à estrutura governamental e apontando que práticas irregulares de alguns prejudicam entidades sérias e o acesso aos recursos. Avaliou positivamente o bloqueio geral das emendas, mencionou falhas na orientação sobre as novas regras, a diversidade de procedimentos entre ministérios e defendeu a padronização, bem como a ampla divulgação, pela CGU, de informações claras e acessíveis.</p>	<p>Rafaelly Wiest (Grupo Dignidade)</p>
<p>Parabenizou pelas entregas à sociedade e sugeriu aprimorar a comunicação, diferenciando achados e tipologias de organizações da sociedade civil, como fundações de apoio universitários e ONGs, para qualificar a informação, apoiar o trabalho na ponta e assegurar a adequada responsabilização.</p>	<p>Sérgio Andrade (Agenda Pública)</p>

<p>Destacou o estigma do trabalho das ONGs, oriundo da gestão anterior, e ressaltou a necessidade de cuidado na comunicação. Sugeriu que, a partir da experiência da CGU em capacitação, seja estruturado um programa específico para ONGs na execução de emendas parlamentares, com guias e orientações, a fim de enfrentar problemas de capacidade técnica e prevenir irregularidades.</p>	<p>Bruno Brandão (Transparência Internacional Brasil)</p>
<p>Mencionou que a CGU tem assento na CONFOCO e que o MROSC é um tema de grande relevância, destacando que organizações sérias precisam demonstrar resultados, e que há disposição em colaborar. Afirmou que o modelo precisa ser discutido com cautela, reconhecendo as limitações das organizações menores. Destacou a importância da capacitação e conscientização dos atores envolvidos, para fortalecer a conformidade, a entrega de resultados e o papel das organizações na implementação de políticas públicas.</p>	<p>Eveline Brito (Secretária-Executiva da CGU)</p>
<p>Informou que está em implementação o Plano de Ação do STF e houve avanço no âmbito federal e rumo à automatização da coleta de dados, tanto no SIAFE como no Transferegov, com objetivo de integração de dados. Há determinação de disponibilizar esse aprendizado para os entes federativos, nos limites da capacidade operacional.</p>	<p>Livia Sobota (Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação)</p>
<p>Falou sobre a nota conjunta da CGU, TCU, AGU e MGI, acerca do plano de fiscalização, destacando sua relevância pela atuação integrada dos órgãos e o mérito da proposta apresentada. Avaliou que o PICC é uma plataforma importante nesse aspecto.</p>	<p>Francisco Bessa (MGI)</p>
<p>Destacou a importância da capacitação dos entes federativos, contudo considerou que há uma baixa percepção de controle quanto à transparência de entidades sem fins lucrativos, a lista de informações que devem ser publicadas por essas entidades é pequena e não há fiscalização. Sugere que além de disponibilidade da fiscalização, é necessário fiscalizar por amostragem. Pontuou que existem ONGs que recebem valores expressivos e sequer têm página na internet. Mencionou que é importante diferenciar o dever de transparência de uma ONG que recebe R\$ 100 milhões e outra que recebe R\$50 mil, de modo que precisam ser tratadas de forma diferente.</p>	<p>Bruno Morassutti (Fiquem Sabendo)</p>
<p>Parabenizou a CGU e agradeceu a oportunidade de participação da ABJD no colegiado. Manifestou preocupação com a crescente apropriação de recursos por emendas parlamentares, que limita a capacidade do Poder Executivo de deliberar sobre investimentos, alertando para riscos de</p>	<p>Luís Carlos Moro (ABJD)</p>

alteração na estrutura do Estado e defendendo a necessidade de refletir sobre a reapropriação dessa capacidade pelo Executivo.	
Esclareceu que as auditorias da CGU são técnicas e direcionadas a casos específicos, não sendo generalistas, e que eventuais generalizações decorrem da cobertura midiática, ressaltando a importância de ações de capacitação e elaboração de guias para qualificar essa compreensão. Informou que os resultados das auditorias subsidiarão, no próximo trimestre, resposta ao STF sobre os planos de trabalho apresentados, e que eventuais inconsistências não identificadas poderão ser encaminhadas como denúncia para apuração.	Ronald Balbe (Secretário Federal de Controle Interno)
Destacou que os relatórios sobre ONGs e entidades do terceiro setor apresentaram um panorama tipológico das diferentes estruturas institucionais, conforme os normativos que regem suas parcerias com o poder público, reforçando a importância do alcance das políticas públicas. Informou reunião com o MGI para discutir mecanismos de apoio, fomento e disseminação de boas práticas, mencionando a publicação do Manual do MROSC e a rede de parcerias do MGI como instrumentos relevantes para capacitação e aprimoramento dos processos.	Janaína Lucas Ribeiro (Secretária Federal de Controle Interno Adjunta)
Complementou que, no âmbito da atuação dos grupos de trabalho, é importante verificar como podem contribuir com o envio de insumos e com a realização de trabalhos conjuntos, alinhando-se ao que foi colocado por Janaína, especialmente no que se refere à capacitação, ao apoio e ao suporte.	Fábio Félix Cunha da Silva (Chefe da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade)
Manifestou preocupação com o cenário recente, marcado pela atuação de agentes econômicos e políticos, lembrando que, em contextos semelhantes no passado, a CGU foi um dos primeiros órgãos a ter sua atuação fragilizada. Destacou a importância da tempestividade nas ações e sugeriu que o conselho avalie a possibilidade de formular uma moção de fortalecimento e ratificação do papel da CGU diante dos acontecimentos atuais, convidando também as entidades presentes a se posicionarem de forma oportuna.	Edmar Camata (CONACI)
Agradeceu as colocações e ressaltou a necessidade de consultar o regimento e o decreto para avaliar as possibilidades e forma adequada de endereçar as proposições, destacando o caráter consultivo do colegiado.	Fábio Félix Cunha da Silva (Chefe da Assessoria Especial de Participação

	Social e Diversidade)
<p>Apresentou o próximo item de pauta: Política de Transparência e Acesso à Informação: Destaques em 2025 e Prioridades para 2026. Abordou os principais instrumentos de transparência, como o Portal da Transparência, o Portal de Dados Abertos e o módulo de acesso à informação do FalaBR, além do uso de inteligência artificial para ampliar o acesso à informação pública. Destacou a articulação institucional promovida pelo CTICC e pelo CIGA, bem como a atuação internacional do Brasil na Parceria para Governo Aberto, atualmente sob presidência brasileira. Apresentou a estrutura e linhas de atuação da SNAI, os resultados e iniciativas do Portal da Transparência, os avanços na LAI, incluindo o lançamento do LAION, o desenvolvimento do sistema LAI.BR e as entregas do CTICC, como o Radar LAI, e apontou desafios e prioridades para 2026, com foco na integração de políticas informacionais, aprimoramento de ferramentas digitais, fortalecimento da agenda federativa e consolidação da estratégia de Governo Aberto.</p>	<p>Livia Sobota (Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação)</p>
<p>Propôs que o compartilhamento dos grupos de trabalho, que estava previsto para a reunião presente, seja feito em outro momento, em reunião geral do conselho a ser agendada possivelmente no início de 2026, já focada em fechar o novo plano de trabalho do conselho, dado o avançar do horário.</p>	<p>Fábio Félix Cunha da Silva (Chefe da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade)</p>
<p>Apresentou o próximo item de pauta: Política de Prevenção a Conflito de Interesses: Avanços de 2025 e Propostas Para 2026. Abordou os avanços na agenda de prevenção de conflitos de interesses, com destaque para o lançamento do e-Agendas 2.0, reconhecido pela OCDE como boa prática de integridade. Destacou demanda do MGI, com base no Decreto nº 11.529/2023, que reforça a importância da gestão de riscos para a integridade no âmbito do Executivo Federal. Por fim, apontou como desafio o fortalecimento do uso do Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses (SeCI) e informou a futura publicação de um banco de precedentes, além do desenvolvimento de ferramentas de IA para o monitoramento de riscos de integridade.</p>	<p>Patrícia Álvares de Azevedo Oliveira (Secretária de Integridade Pública)</p>
<p>Solicitou a participação da sociedade civil no desenvolvimento do sistema LAI.BR, a fim de evitar alterações sem comunicação prévia, e reconheceu os avanços do e-Agendas, apontando, contudo, a necessidade de apurar casos de ausência de publicação de compromissos por agentes obrigados e reforçando o dever de divulgação</p>	<p>Bruno Morassutti (Fiquem Sabendo)</p>

<p>das agendas, inclusive quando envolverem compromissos sigilosos. Propôs, no âmbito do conflito de interesses, a realização periódica de cruzamento de dados para identificar situações irregulares de servidores com dedicação exclusiva, com notificação para atualização cadastral, e defendeu o endereçamento da lacuna relativa à catalogação de empregados públicos e agentes militares demitidos por corrupção, a fim de evitar seu retorno ao serviço público ou contratação como fornecedores.</p>	
<p>Questionou se o LAI.BR substituirá o FalaBR, ou se terão objetivos distintos. Defendeu que haja consolidação de entendimentos quanto a conflitos de interesses, em articulação com a Comissão de Ética Pública da Presidência da República, para evitar risco de tratamentos desiguais e desproporcionais quando se trata de decisão sobre o tema para um servidor público de nível operacional ou para uma alta autoridade.</p>	<p>Francisco Bessa (MGI)</p>
<p>Destacou a transparência no acesso aos dados econômicos das empresas no âmbito das negociações com a Petrobrás. Apontou que limitações no acesso às informações leva sindicatos a terem que suprir lacunas administrativas, e questionou a possibilidade de criação, pela CGU, de mecanismos que facilitem esse acesso. Afirmou que a terceirização implica precarização e ressaltou a necessidade de atuação representativa diante do entendimento do Congresso e do Judiciário com relação à terceirização irrestrita. Alertou, por fim, para riscos de conflitos de interesses, especialmente em processos de privatização e na dinâmica de “porta giratória” entre cargos públicos, estatais e o setor privado.</p>	<p>Alexandro Guilherme Jorge (Federação Única dos Petroleiros)</p>
<p>Relatou a experiência da Aliança Nacional LGBT+, do Grupo Dignidade e do Grupo Arco-Íris no Projeto Atena, que se refere a uma pesquisa de monitoramento de políticas públicas para a população LGBTI+ nas capitais e, em etapa seguinte, nos estados. Destacou as grandes dificuldades de obtenção de informações via LAI nas três esferas de governo, com baixo índice de resposta e, quando existentes, frequentemente limitadas a documentos formais sem efetiva implementação das ações, revelando falta de efetividade das políticas declaradas.</p>	<p>Rafaelly Wiest (Grupo Dignidade)</p>
<p>Apresentou a atuação da Comissão de Ética Pública, esclarecendo que a avaliação da conduta ética se restringe a um segmento específico de servidores, em geral ocupantes de cargos de chefia e direção. Destacou a elevada demanda relacionada à LAI e o desafio de conciliá-la com a LGPD, ressaltando a importância do apoio da CGU, informou que a CEP</p>	<p>Marcelise de Miranda Azevedo (Comissão de Ética Pública da</p>

<p>coordena as comissões de ética setoriais e enfatizou a necessidade de sensibilidade na análise dos casos, agradecendo a abertura ao diálogo e destacando que as decisões devem considerar as particularidades de cada situação.</p>	<p>Presidência de República)</p>
<p>Destacou a disposição da CGU em atuar de forma articulada com a Comissão de Ética Pública, agradeceu a pesquisa mencionada e manifestou interesse em seu conteúdo. Informou a elaboração de um guia de transparência ativa das estatais e esclareceu que a evolução do sistema FalaBR está em construção de forma coordenada, a partir do diagnóstico da consulta pública realizada em maio de 2025. Ressaltou, por fim, a importância do diálogo contínuo com o Conselho, os grupos de trabalho e as entidades para o desenho das políticas e consolidação da atuação da nova secretaria.</p>	<p>Livia Sobota (Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação)</p>
<p>Informou o fortalecimento da articulação com a Comissão de Ética Pública, especialmente no tema de conflitos de interesses, esclarecendo as atribuições das comissões de ética setoriais, do SeCI sob gestão da CGU e da atuação da CEP em esfera distinta. Destacou a importância de uma agenda conjunta, inclusive com ações de capacitação diferenciadas, mencionou que a dinâmica da “porta giratória” também ocorre no serviço público direto, informou a obrigatoriedade de planos de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação instituída pelo MGI e ressaltou o esforço de fortalecimento da agenda de integridade junto aos entes subnacionais.</p>	<p>Patrícia Álvares de Azevedo Oliveira (Secretária de Integridade Pública)</p>
<p>Informou que será novamente compartilhado o formulário de coleta de dados da pesquisa sobre conselhos nacionais, realizada pelo IPEA em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, destacando o reconhecimento da SGPR ao CTICC como um dos conselhos com maior contribuição aos processos participativos. Convidou para evento na UnB, às 19h, coordenado pela professora Suylan Midlej, sobre controle social e em homenagem ao Dia Internacional contra a Corrupção, e informou que será enviado agendamento para reunião de compartilhamento dos GTs, com garantia de espaço para a retomada e reformulação do plano de trabalho do CTICC.</p>	<p>Fábio Félix Cunha da Silva (Chefe da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade)</p>

6. Encaminhamentos

Ações	Responsáveis
Reenvio do formulário de coleta de dados da pesquisa do IPEA.	Secretaria-Executiva do CTICC
Agendamento de reunião de compartilhamento dos grupos de trabalho.	Secretaria-Executiva do CTICC

7. Encerramento

A Secretária-Executiva Eveline Brito agradeceu a participação das pessoas presentes, afirmou que o PICC alcançou um momento de “voo de cruzeiro” em razão do fortalecimento obtido ao longo do ano e destacou que o processo é de aprendizagem contínua. Manifestou a expectativa de que as discussões apresentadas se tornem cada vez mais frequentes, especialmente visando ao próximo ano, marcado como um fechamento de ciclo, com foco no fortalecimento do diálogo e na implementação das ações. Convidou os participantes para o evento do Dia Internacional contra a Corrupção, em 9/12/2025, informou que as datas das reuniões ordinárias de 2026 serão divulgadas posteriormente, agradeceu e encerrou a reunião.

8. Documentos da Reunião

As apresentações utilizadas durante a reunião estão disponíveis na pasta do CTICC no Google Drive, acessível pelo link e QR code a seguir:

<https://bit.ly/1REUNIAO20252027>

